

CARTA ABERTA DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL INDEPENDENTE BRASILEIRA

25 DE JUNHO DE 2021

Atendendo ao que determina a Lei, a Presidência da República nomeou no último dia 22 de junho, representantes da sociedade para integrar, paritariamente, o Conselho Superior de Cinema. Dentre os oito titulares e respectivos suplentes nomeados, há funcionários de empresas audiovisuais estrangeiras, advogados de empresas estrangeiras, lobistas de associações que defendem os interesses privados dessas empresas no Brasil, diretores e criadores que trabalham como contratados por essas empresas, representantes de emissoras de TV, não havendo, dentre os indicados, qualquer representante das entidades do setor de produção audiovisual brasileira independente.

O Conselho tem a função de definir a política nacional do cinema, aprovar as diretrizes da indústria cinematográfica e audiovisual, e estimular a presença de conteúdo nacional nos vários segmentos - dando assim a possibilidade de acesso ao audiovisual brasileiro para toda a população.

Há um claro conflito de interesses entre diversos destes indicados e as funções que devem exercer como membros do Conselho Superior de Cinema, tanto no que se refere a decisões regulatórias, como à criação e aplicação de políticas públicas em prol do audiovisual brasileiro. É como ter como membro do Conselho do Banco do Brasil, e com direito a voto, um executivo do Citybank. Ou ter no Conselho da Petrobras, um executivo da British Petroleum. Simplesmente não faz sentido.

As entidades que defendem a produção audiovisual brasileira independente (entenda-se por *independente* a produção que é propriedade intelectual de empresas realizadoras e não dos veículos de comunicação que as exibe) sempre estiveram presentes como protagonistas no Conselho que, afinal, existe com a finalidade de promover o desenvolvimento e a auto sustentabilidade desse setor, que tem estímulo assegurado pelo Art. 221 da Constituição Brasileira.

O audiovisual brasileiro gera desenvolvimento econômico e afirmação de valores culturais e sociais. Garantir o amplo acesso do público a esta produção em toda a sua diversidade, qualquer que seja a janela de exibição, é uma das obrigações do Conselho. Esta é a garantia do direito de escolha do cidadão, que pode assistir a expressões culturais de seu próprio país, ou não. É assim que acontece em todos os países do mundo que se preocupam com uma política consistente de desenvolvimento e de soberania cultural.

Desrespeitando o espírito original do Conselho, cujo norte seria a criação de uma cinematografia soberana, o Executivo brasileiro reforça as demais posturas propositadamente desarticuladoras em relação ao fomento e à regulação do audiovisual, materializados na atuação desvirtuada da ANCINE e do Fundo Setorial do Audiovisual, em cuja defesa temos atuado levando questões ao poder Legislativo e Judiciário com persistência da qual não abriremos mão.

Entendemos que a recente escolha dos membros que irão compor o Conselho Superior de Cinema é uma afronta ao processo de conquistas do setor audiovisual, que, atuando através de suas entidades junto ao Estado nos últimos trinta anos na construção de políticas públicas mais eficazes, garantiu ao conteúdo brasileiro independente grande projeção internacional e a maior ocupação do mercado nacional em décadas, através do aumento considerável de sua capacidade de produção. Não é, portanto, de interesse público que toda esta capacidade criativa e de produção venha, por falta de representação adequada de seus interesses, a ser engolida e canalizada para a simples prestação de serviços, sem qualquer autonomia editorial.

Nesta circunstância, exortamos aos agentes legislativos, públicos e demais interessados, que tenham em vista que as decisões e diretrizes desse Conselho não incluem, de fato, o ponto-de-vista dos independentes. Falta coerência às nomeações desse CSC, que de cinema tem pouco e de brasileiro, quase nada.

ABRACI / RJ- Associação Brasileira de Cineastas do Rio De Janeiro

APACI – Associação Paulista de Cineastas

API – Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro

APTC / RS – Associação Profissional dos Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul

Colegiado Setorial do Audiovisual do Rio Grande do Sul

Coletivo FilmaRio

CONNE - Conexão Audiovisual Centro Oeste, Norte e Nordeste

FAMES – Fórum Audiovisual Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Santacine - Sindicato da Indústria Audiovisual de Santa Catarina

SIAV - Sindicato da Indústria Audiovisual do Rio Grande do Sul

Sintracine - Sindicato dos Trabalhadores de Cinema e Audiovisual de Santa Catarina